

-----**ACTA N.º 12/2010**-----

-----Aos 12 dias do mês de Maio de 2010, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Município de Celorico da Beira, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, sob a presidência do Senhor Presidente, José Francisco Gomes Monteiro, estando também presentes os Senhores Vereadores: -----

-----José Luís Saúde Cabral;-----

-----Júlio Manuel dos Santos;-----

-----Victor Martins Santos;-----

-----António Graça Silva.-----

-----A reunião foi secretariada por Dina Maria da Silva, Assistente Técnica.-----

-----**JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS**-----

-----O Senhor Presidente da Câmara deu conhecimento do pedido de justificação de falta dada à reunião do dia 26/04/2010, pelo Senhor Vereador Júlio Santos, que a Câmara deliberou aceitar, considerando a falta devidamente justificada.-----

-----Verificada a existência de quórum, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião.-----

-----**APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DE 15/04/2010 E APROVAÇÃO DA ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 26/04/2010**-----

-----Foi presente a acta número nove, da reunião extraordinária do Executivo de quinze de Abril de dois mil e dez, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.--

-----**Dispensada a sua leitura foi a mesma aprovada, por maioria, com duas abstenções dos Senhores Vereadores Júlio Santos e Victor Santos por não terem estado presentes na referida reunião.**-----

-----Foi presente a acta número dez, da reunião ordinária do Executivo de vinte de Abril de dois mil e dez, cujo texto foi previamente distribuído por todos os membros, para rectificação e posterior aprovação.-----

-----**Dispensada a sua leitura e feitas as devidas alterações, foi a mesma aprovada, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Júlio Santos, por não ter estado presente nesta reunião.**-----

-----**ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Iniciados os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara questionou se algum dos Senhores Vereadores, tinha algum assunto a colocar perante o Executivo. -----

-----Interveio o Senhor **Vereador Júlio Santos** referindo que já havia solicitado em requerimento enviado a esta Autarquia, alguns elementos relativamente: à Empresa Gualdim Anciães Amado & Filhos Lda.<sup>a</sup>; ao acordo existente entre a Câmara Municipal e a Coceba, bem como, cópia do acordo realizado entre a Câmara Municipal e o Inatel. -----

-----O Senhor **Vereador José Luís Cabral** deu conhecimento de que na última reunião de Câmara na qual esteve na qualidade de Vice-Presidente, dada a impossibilidade do Sr. Presidente estar presente, e devido a uma indisposição repentina do Senhor Vereador Júlio Santos deixou de haver quórum, tendo assim inviabilizado a realização da reunião do dia 5/5/2010. -

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----  
-----**I - VEREADOR VICTOR MARTINS SANTOS**-----

-----**ASSUNTO: SUSPENSÃO DE MANDATO**-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** começou por dar conhecimento de que foi recepcionado na autarquia um requerimento que se anexa a esta acta (**anexo I**), apresentado pelo Senhor Vereador Victor Santos, com o registo de entrada n.º 5656, datado de 3 de Maio do corrente ano, no qual solicita, nos termos do artigo 77.º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a suspensão do seu mandato, enquanto Vereador da Câmara Municipal de Celorico da Beira pela coligação PSD/CDS, pelo período de 120 dias, fundamentando o presente pedido, de forma a intentar Recurso Contencioso da interpretação da Marinha, dos aspectos legais relativos ao desempenho por militares das funções de eleitos locais. -----

-----Em referência:-----

-----b) Lei n.º 1/2001 de 12 de Dezembro, Constituição da República Portuguesa;-----

-----c) D.L. 236/99, de 25 de Junho, Estatuto dos Militares das Forças Armadas;-----

-----d) Lei n.º 29/87 de 30 de Junho, Estatuto dos Eleitos Locais;-----

-----e) D.L. 498/72 de 9 de Dezembro, Estatuto da Aposentação;-----

-----f) Lei Orgânica n.º 1-A/2009, de 7 de Julho;-----

-----g) Lei 31-A/2009 de 7 de Julho. -----

-----Dos diplomas legais em referência b) a g), suspensão de mandato, necessária de forma a não pôr em causa o estatuído no n.º 3 do artigo 22.º da referência d) e n.º 2 do art.º 50.º da referência b). -----

-----**A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com um voto contra e uma abstenção, após análise do pedido apresentado e estando o mesmo instruído em conformidade com a lei em vigor, aceitar a**

**suspensão do Senhor Vereador Victor Martins Santos, por um período de 120 dias.**-----

-----**Votaram a favor os Senhores Vereadores José Luís Cabral, António Graça Silva e o Senhor Presidente da Câmara.**-----

-----**Votou contra, o Senhor Vereador Júlio Manuel dos Santos.** -----

-----**Absteve-se o Senhor Vereador Victor Martins Santos.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----De seguida, o Senhor **Vereador Júlio Santos** fez a seguinte declaração de voto:-----

-----“Voto contra a suspensão do mandato do Senhor Vereador nos termos solicitados porquanto considero que se alguma dúvida existia à data da sua candidatura à Câmara Municipal nas últimas eleições, a mesma devia ter sido esclarecida, aquando da mesma.-----

-----Na minha opinião, nenhuma ilegalidade o Senhor Vereador cometeu quando se candidatou, portanto não devia, (apesar do que lhe foi soprado) e ele foi na conversa (do Sr. Vereador António Silva) e por esse motivo, ter pedido a suspensão do mandato, pelo cometimento de uma pretensa ilegalidade que manifestamente na data em que devia ser questionada o não foi.”-----

-----Interveio o Senhor **Vereador António Silva**, para contestar a declaração de voto do Senhor Vereador Júlio Santos. Disse que o Senhor Vereador deve estar confundido com o seu nome, porque em momento algum evocou a situação de ilegalidade do Senhor Vereador Victor Santos. O pedido de suspensão do mandato foi de sua livre vontade. Quanto à declaração de voto referida, deverá ficar esclarecida sobre, quem foi a pessoa que disse que o Senhor Vereador tinha problemas com a Marinha. Disse que este assunto foi referido por militantes do seu próprio partido. Referiu ainda, que quer explicações da parte do Senhor Vereador Júlio Santos sobre quem é a pessoa António Silva, a que ele se refere. -----

-----  
----- **SUBSTITUIÇÃO DO SENHOR VEREADOR VICTOR MARTINS SANTOS** -----

-----Apreciado o pedido de suspensão do mandato apresentado pelo Senhor Vereador Victor Martins Santos, procedeu-se de acordo com o previsto no n.º 6, do artigo 77.º, da Lei n.º 169/99, de 18/09, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11/01, à sua substituição pela cidadã imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, Dr.ª Isabel Maria dos Santos Flor de Sousa, conforme estipula o artigo 79.º do mesmo diploma legal, cuja identidade e legitimidade é do conhecimento pessoal de todos os presentes e que tinha sido convocado de acordo com o estipulado nos n.º 7, do artigo 77.º e no n.º 4, do artigo 76.º, ambos da Lei supra citada.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** deu as boas vindas à Senhora Vereadora e solicitou a sua colaboração com o Executivo. -----

-----**II - GABINETE JURÍDICO** -----

-----**ASSUNTO: ISENÇÃO DE PAGAMENTO DE IMT**-----

-----**Requerente: Fulgor do Dia Supermercados** -----

-----Foi presente informação n.º 1507 do Gabinete Jurídico, datada de vinte e sete de Abril do corrente ano, referindo que foi requerido pela empresa “Fulgor do Dia Supermercados Ld.ª” isenção do pagamento de Imposto Municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT). -----

-----Nos termos do n.º 3 e 5 do artigo 43.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, ficam isentas de pagamento de IMT sobre as transmissões onerosas de imóveis, as aquisições por jovens com idade compreendida entre os 18 e os 35 anos de idade, de prédio ou fracção autónoma, de prédios urbanos situados nas áreas beneficiárias, destinado exclusivamente a primeira habitação própria e permanente, desde que o valor sobre o qual incidiria o imposto não ultrapasse os valores máximos de habitação a custos controlados acrescidos de 50%, e de prédios ou

fracções autónomas de prédios urbanos, desde que situados nas áreas beneficiárias e afectos duradouramente à actividade das empresas. -----

-----Por a compra dos prédios urbanos, se destinar à actividade duradoura do comércio neste concelho por parte da requerente, vem assim, solicitar a autorização do órgão executivo. -----

-----Pelo Senhor Vereador **Júlio Santos**, foi questionado qual o tipo de empresa que pretendem abrir e se a mesma é conhecida.-----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que este concelho precisa de investidores, criando assim mais riqueza e sendo uma empresa que se implementará neste concelho, certamente irá criar mais postos de trabalho, para o bem de todos. -----

-----**A Câmara nos termos do disposto no n.º 3 e 5 do art.º 43.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais, deliberou por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Júlio Santos, isentar do pagamento de Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), a empresa “Fulgor do Dia Supermercados Ld.ª”.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE DEMOLIÇÃO DE HABITAÇÃO**-----

-----Foi presente informação n.º 1012 do Gabinete Jurídico, datada de dezassete de Março do corrente ano, referindo que foi requerido pela munícipe Ana Bernardo Lopes, residente aquando em Portugal no Lugar de Aldeia Rica, a demolição total do prédio urbano inscrito na matriz predial de Açores sob o artigo 385, do qual é proprietária. -----

-----Este pedido tem subjacente o incêndio ocorrido no dia 7/4/2009 que deixou o imóvel totalmente em ruínas. Por este se situar na via principal da povoação e porque a requerente pretende evitar algum acidente que eventualmente possa ocorrer, vem nos termos do disposto no n.º 3 do art.º

89.º da Lei n.º 60/2007 de 4 de Setembro, requerer a sua demolição total, atendendo à gravidade da situação por a mesma apresentar perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas. -----

-----Face ao exposto, propõe-se o deferimento da pretensão da requerente, com os custos imputados a seu cargo. -----

-----**A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a demolição total do prédio urbano inscrito na matriz predial de Açores sob o artigo 385 do qual é proprietária a Senhora Ana Bernardo Lopes, devendo os custos com a demolição ser imputados à requerente.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**III - DIVISÃO DE PLANEAMENTO E URBANISMO**-----

-----**ASSUNTO: APROVAÇÃO DE SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO NO PARQUE DE ESTACIONAMENTO, JUNTO AO PARQUE CARLOS AMARAL**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 190/2010 datada de vinte de Abril do corrente ano, referindo que por ter sido abordada pela legalidade do sinal colocado na Avenida da Corredoura, junto ao Parque Carlos Amaral devido ao estacionamento de veículos pesados naquele local em horário nocturno, vem informar que o sinal colocado adverte os condutores que vão entrar numa zona em que o estacionamento é proibido a pesados, das 8 às 20h. -----

-----Analisado o n.º 2 do D.L. n.º 44/2005 de 23 de Fevereiro (Código da Estrada) que descreve que: “Os parques e zonas de estacionamento podem ser afectos a veículos de certas categorias, podendo a sua utilização ser limitada no tempo ou sujeita ao pagamento de uma taxa, nos termos fixados em regulamento”, o n.º 1, do artigo 6.º, do D.L. n.º 81/2006 de 20 de Abril (regime relativo às condições de utilização dos parques e zonas de estacionamento), que refere que, “Os lugares de estacionamento devem ser convenientemente delimitados através das marcas rodoviárias

previstas no n.º 3, do artigo 62.º, do Regulamento de Sinalização do Trânsito”, e o n.º 2 do mesmo artigo, onde está escrito que, “Os condutores devem estacionar de forma a ocupar apenas um lugar de estacionamento”, concluiu-se que os veículos pesados poderiam estacionar naquela zona e nas horas que lhe eram permitidas (20h às 8h), desde que, houvesse lugares de estacionamento com dimensão suficiente para comportar um veículo pesado, o que, não é o caso.-----

-----Poderia até ser retirado o painel adicional (pesados) mas implicaria que não se poderia estacionar das 8h às 20h, o que não é esse o desejo da autarquia. -----

-----Face ao exposto, a técnica considera que deverá ser retirada a sinalização em causa, devendo ser aprovados e colocados um sinal H1a e um painel adicional um Modelo 6a em baixo (indicador de continuação do local). -----

-----**A Câmara deliberou por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Júlio Santos, aprovar e colocar um sinal H1a e um painel adicional Modelo 6a (indicador de continuação do local) após a retirada da sinalização colocada.**-----

-----**ASSUNTO: SUBCONCESSÃO DOURO INTERIOR**-----

-----**IP2 - TRANCOSO/CELORICO DA BEIRA (IP5)**-----

-----**LOTE 5 (OBRAS DE ARTE CORRENTES)**-----

-----**PROJECTO DE SINALIZAÇÃO TEMPORÁRIA - P11 - RUA DA ESCOLA (AÇORES - ALDEIA RICA)**-----

-----**Requerente: Ascendi**-----

-----Foi presente informação interna do GTM N.º CN 198/2010 datada de vinte e três de Abril do corrente ano, referindo que analisado o projecto de sinalização temporária enviada pela Ascendi concessionária da obra de construção do IP2 para sinalizar o desvio na Rua da Escola, em Aldeia Rica (ligação Açores - Aldeia Rica), na sequência da execução de um



encontro da obra de arte (Passagem Superior 11) na via actual e após deslocação ao local em conjunto com a Senhora Engenheira Delfina Fonseca e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Açores, informa que o projecto de sinalização temporária encontra-se de acordo com o D.R. n.º 22-A/98, de 1 de Outubro, e com as alterações introduzidas pelo D.R. n.º 41/2002, de 20 de Agosto e D.R. n.º 13/2003, de 25 de Junho, pelo que os serviços não vêem qualquer inconveniente na sua aprovação. -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** inquiriu o Senhor Presidente sobre se a empresa irá proceder à reparação das estradas danificadas e se a Câmara tem tido em conta o estado do pavimento das mesmas. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** referiu que já foi dado conhecimento à empresa sobre o estado em que se encontram as estradas. Foi feito um levantamento fotográfico e um levantamento técnico dessas vias e irão agendar uma reunião com os empreiteiros para a resolução do caso.-----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar o projecto de sinalização temporária para o desvio na Rua da Escola, em Aldeia Rica (ligação Açores – Aldeia Rica).**-----

-----**IV - SECÇÃO DE CONTABILIDADE E PATRIMÓNIO** -----

-----**ASSUNTO: RENÚNCIA DE SUBSÍDIO**-----

-----Foi presente informação da Secção de Contabilidade e Património, datada de vinte e dois de Abril do corrente ano, referindo que foi recepcionado um ofício da “AENEBEIRA”, datado de 13/04/2010 renunciando ao subsídio concedido por esta Câmara, na reunião de 10/12/2008, no montante de 7.495,81€ no âmbito da animação de Natal/2008. -----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a anulação do subsídio concedido à “AENEBEIRA” em reunião de 10/12/2008, concedido no âmbito da animação de Natal de 2008. -----

-----A presente deliberação foi aprovada em minuta. -----

-----**V - SECÇÃO DE RECURSOS HUMANOS**-----

-----**ASSUNTO: ACIDENTE DE SERVIÇO**-----

-----A Câmara tomou conhecimento da participação do acidente de serviço, ocorrido no dia dezassete de Março de dois mil e dez, pelas catorze horas, referente ao funcionário Eduardo Emanuel Saraiva Silva, tendo este Executivo deliberado, por unanimidade, considerá-lo como acidente em serviço. -----

-----**VI - GABINETE DE ACÇÃO SOCIAL**-----

-----**ASSUNTO: ISENÇÃO DA TAXA DE CONSERVAÇÃO E TARIFA DE SANEAMENTO**-----

-----**Requerente: Maria do Nascimento Andrade Luís**-----

-----Foi presente informação interna do Gabinete de Acção Social, datada de 23/04/2010, referindo que a Senhora Maria do Nascimento Andrade Luís, residente na freguesia de Açores, requereu a isenção de taxa de conservação e tarifa de saneamento.-----

-----O agregado familiar constituído pela própria e marido, cujo rendimento familiar é proveniente da pensão de invalidez da requerente e remuneração do trabalho dependente do marido, sendo a capitação média mensal de 332,62€ (valor em 2008). -----

-----Depois da análise da documentação entregue, de acordo com o artigo 46.º, n.º 3, do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água, o GAS verificou que o processo se enquadra no referido Regulamento, no Capítulo VII – Bonificações, artigo 46.º - Isenções, n.º 1, alínea a).-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar do pagamento da taxa de conservação e tarifa de saneamento, desde que os consumos domésticos não ultrapassem os 5m<sup>3</sup>, a Senhora Maria do Nascimento Andrade Luís.-----

-----**ASSUNTO: ISENÇÃO DA TAXA DE CONSERVAÇÃO E TARIFA DE SANEAMENTO**-----

-----**Requerente: Maria de Jesus Pereira**-----

-----Foi presente informação interna do Gabinete de Acção Social, datada de 23/04/2010, referindo que a Senhora Maria de Jesus Pereira, residente na freguesia de Vale de Azares, requereu a isenção de taxa de conservação e tarifa de saneamento.-----

-----O agregado familiar constituído apenas pela própria, sendo que o seu único rendimento é proveniente da pensão de velhice no valor de 166,66€ (valor em 2008).-----

-----Depois da análise da documentação entregue, de acordo com o artigo 46.º, n.º 3, do Regulamento Municipal de Abastecimento de Água, o GAS verificou que o processo se enquadra no referido Regulamento, no Capítulo VII – Bonificações, artigo 46.º - Isenções, n.º 1, alínea a).-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, isentar do pagamento da taxa de conservação e tarifa de saneamento, desde que os consumos domésticos não ultrapassem os 5m<sup>3</sup>, a Senhora Maria de Jesus Pereira.-----

-----**VII - SECÇÃO DE EXPEDIENTE DE TAXAS E LICENÇAS**-----

-----**ASSUNTO: PROLONGAMENTO DE HORÁRIOS COMERCIAIS**-----

-----Foi presente informação da Secção de Expediente de Taxas e Licenças, relativamente ao prolongamento de horários comerciais, solicitado por alguns proprietários de bares, cafés e outros, licença para

prolongamento de horário, a fim de realizar algumas festas nos seus estabelecimentos -----

-----O Regulamento Períodos de Abertura e Funcionamento dos Estabelecimentos de Venda ao Público e de Prestação de Serviços do Concelho de Celorico da Beira, no seu n.º 2, do art.º 2.º, autoriza até às 2 horas da manhã. -----

-----A Secção de Expediente de Taxas e Licenças solicita que futuramente haja tratamento adequado na atribuição do prolongamento de horário, seja até às 3 ou 4 horas da manhã e por um período limitado ou não.-- -----

-----O Senhor **Vereador Júlio Santos** disse que era a favor do horário livre, que cada proprietário deveria escolher o horário que melhor lhe conviesse. Contudo, a Câmara Municipal tem cometido ilegalidades, neste âmbito, uma vez não tem competência para analisar caso a caso. Disse que há um Regulamento aprovado e que deve ser cumprido e a Câmara deverá levar esta proposta de alteração à Assembleia Municipal, porque só esta, tem poderes para alterar o Regulamento. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** propôs que o prolongamento de horário, cujo período se verifica entre 15 de Maio a 15 de Outubro, seja até às quatro da manhã, de forma a uniformizar critérios. -----

-----O Senhor **Vereador António Silva** disse que deve ser consultado o Gabinete Jurídico no sentido da ilegalidade ou não, relativamente à proposta apresentada pelo Senhor Presidente, ao Executivo. -----

-----O Senhor **Presidente da Câmara** disse que o Gabinete Jurídico irá estudar esta proposta de alteração e a sua viabilização em termos de Regulamento Municipal.-----

-----Considera que esta proposta de prolongamento de horário de Verão é benéfica para o comércio local. É uma forma de evitar que os jovens não tenham que se deslocar para outros locais na eventualidade de se evitarem acidentes. -----

-----**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada pelo Senhor Presidente da Câmara, relativamente ao prolongamento do horário de Verão, de funcionamento dos cafés, bares e outros, até às quatro horas da manhã, no período de 15 de Maio a 15 de Outubro, de forma a uniformizar critérios.**-----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**VIII - RUI JORGE LEONOR SIMÕES** -----

-----**ASSUNTO: PEDIDO DE SUBSÍDIO PARA REALIZAÇÃO DE EVENTO** -----

-----Foi presente ofício de Rui Jorge Leonor Simões, datado de dezanove de Abril do corrente ano, solicitando um subsídio para a realização do evento “HOT SPRING ROCK FESTIVAL”, que teve lugar nos dias 23 e 24 de Abril, actividade desenvolvida no Mercado Municipal de Celorico da Beira, no âmbito do curso de “Animação Sociocultural” da Escola Profissional de Trancoso. -----

-----**A Câmara deliberou, por maioria, com uma abstenção do Senhor Vereador Júlio Santos, conceder um subsídio no valor de 1 000€, à Escola Profissional de Trancoso para pagamento das despesas recorrentes do aluno Rui Jorge Leonor Simões, no âmbito do evento “HOT SPRING ROCK FESTIVAL” e que teve lugar no Mercado Municipal desta Vila.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----**IX - SECÇÃO DE OBRAS PARTICULARES** -----

-----**ASSUNTO: CERTIDÃO DE DISPENSA DE LICENÇA DE UTILIZAÇÃO**-----

-----**Requerente: Maria da Conceição Gonçalves**-----

-----Foi presente requerimento n.º 281, datado de 22/04/2010, em nome de Maria da Conceição Gonçalves, pretendendo que lhe seja emitida uma certidão de dispensa de licença de utilização, para um edifício, sito em Cimo do Povo, freguesia de Salgueirais, inscrito sob o artigo matricial n.º 300, por o mesmo ter sido construído antes de 1981 e não ser exigida licença de habitação, pelo facto de ter sido construído antes da data da aprovação do Regulamento das Edificações Urbanas, de acordo com o parágrafo único do art.º 1º do RGEU, o qual só se aplicou a este local por deliberação municipal de 27/03/81.-----

-----Tendo-se deslocado ao local o fiscal municipal, de acordo com a informação, verificou que o mesmo terá sido construído antes de 1981. No entanto, na certidão de teor emitida pelos Serviços de Finanças de Celorico da Beira, descreve que a edificação foi inscrita na matriz em 2003. -----

-----**Sendo que a informação do Fiscal Municipal refere que o edifício a que a requerente se refere foi construído antes de 1981, a Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, a petição da requerente. -**

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta* -----

-----**ASSUNTO: MAPA DE OBRAS PARTICULARES**-----

-----A Câmara tomou conhecimento do mapa número três, de dois mil e dez, elaborado pela Secção de Obras Particulares, contendo a relação, dos despachos, que recaíram sobre as obras de edificação, anexo à presente acta, ficando dela a fazer parte integrante (**anexo II**). -----

-----**X - GABINETE DE APOIO AO EXECUTIVO**-----

-----**ASSUNTO: PROTOCOLO ENTRE A FUNDAÇÃO ORIENTE E A ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES**-----

-----Foi presente protocolo entre a Fundação Oriente e a Associação Nacional de Municípios Portugueses, e que se anexa a esta acta (**anexo III**) cujos objectivos essenciais se descrevem: -----

-----“A Fundação Oriente, tem como objectivo fomentar as ligações históricas entre Portugal e os Países da Ásia, através de realização de apoio a iniciativas culturais, educativas, artísticas e científicas. Para o efeito, dispõe de um espaço museológico moderno e dinâmico para divulgar as diversas culturas asiáticas. -----

-----Neste contexto o presente protocolo tem como objectivo divulgar as actividades desenvolvidas pelo Museu do Oriente e promover o acesso das populações às exposições e outras actividades que o Museu organize, localizadas essencialmente nas zonas periféricas com características de interioridade. -----

-----A ANMP assume o papel de intermediária, divulgando junto dos Municípios associados toda a informação que o Museu do Oriente for facultando, via correio electrónico e através da sua página Web. -----

-----Os Municípios que se associem ao presente Protocolo comprometem-se a dar localmente visibilidade às acções do Museu do Oriente, afixando em local apropriado, a informação disponibilizada pelo Museu. -----

-----A Fundação Oriente proporcionará visitas guiadas por monitores a grupos de visitantes com um mínimo de 20 pessoas com um preçário especial, (aplicado somente às visitas marcadas pelo respectivo município) e usufruindo também de um desconto na parte da restauração. -----

-----De referir que a adesão ao Protocolo não implica qualquer custo para o Município”. -----

-----**A Câmara deliberou aprovar, por unanimidade, aderir ao protocolo entre a Fundação Oriente e a Associação Nacional de Municípios Portugueses.** -----

-----*A presente deliberação foi aprovada em minuta.* -----

-----  
-----**ENCERRAMENTO**-----

-----Eram onze horas e trinta minutos e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual para constar se lavrou a presente acta, que vai ser assinada, pelo Senhor Presidente e por mim, Dina Maria da Silva, que a secretariei.-----  
-----  
-----